



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO ANUAL DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS EXERCÍCIO DE 2015

MONTE BELO, 12 DE ABRIL DE 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

I - Sumário

I) Apresentação;

II) Introdução;

1) IN n° 02, de 25 de novembro de 2015

1.1- do cumprimento das metas previstas no PPA e na LOA;

1.2 - resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

1.3 - observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal;

1.4 - aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em serviços públicos de saúde, com a especificação dos índices alcançados;

1.5 - destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

1.6 - observância disposto no art. 29-A da CF/1988, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;

1.7 - aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado;

1.8 - medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobilizado;

1.9 - termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento, e

1.10 – cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio de Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da IN n° 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCEMG.

III) No caso de existência de regime próprio de previdência (IPSEMB), o relatório do órgão de controle interno deverá evidenciar:

1.11 - montante inscrito em restos a pagas, referente às contribuições previdenciárias;

1.12 - detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais especificando os valores repassados ao INSS e daqueles repassados ao regime próprio e previdência (RPPS);

1.13 - procedimentos adotados quando houver a renegociação da dívida do RPPS, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas; e

1.14 – informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

próprios, especialmente no que diz respeito a “Restos a Pagar”, “Divida Ativa”, Contribuições a Receber” e “Empréstimos”.

2 – parecer elaborado pelo Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em observância ao disposto no art. 13 da IN n° 13, de 3 dezembro de 2008, com redação conferida pela IN n° 05, de 19 de dezembro de 2012, ambas do TCEMG;

3 – balanço orçamentário, contendo o demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados e o demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados;

4 – balanço financeiro;

5 – demonstração das variações patrimoniais;

6 – balanço patrimonial, acompanhado de quadro com a especificação do ativo financeiro, do ativo permanente, do passivo financeiro, do passivo permanente e do saldo patrimonial; de quadro referente às compensações; e de demonstrativo do superávit / déficit financeiro apurado no balanço patrimonial por fonte de recurso;

7 – demonstração dos fluxos de caixa, elaborada pelo método direto; e

8 – notas explicativas.

Apresentação

O Sistema de Controle Interno do Município de Monte Belo, no desempenho de suas funções, apresenta relatório a ser encaminhado juntamente com a prestação de contas referente ao exercício de 2015, nos termos das IN de n° 002/2015.

Introdução

Metodologia

A Controladoria utilizou no desenvolvimento de suas atividades, a legislação federal, estadual e municipal que ditam as normas sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial na administração pública e ainda as instruções e pareceres do Tribunal do Estado de Minas Gerais.

O referido relatório foi fundamentado com base nas informações fornecidas pelo setor contábil.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal com objetivo de garantir equilíbrio, transparência e controle das contas públicas consolidou-se à medida que a gestão pública vai se revelando e demonstrando seus resultados. No Exercício, prova-se que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável como foi demonstrado bimestralmente quando da elaboração dos Relatórios tanto de Execução Orçamentária como de Gestão Fiscal.

Do Desenvolvimento dos Trabalhos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

A postura do Sistema de Controle Interno tem sido a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, bem como visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência e eficácia operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas programadas no planejamento, zelando também desta forma, pela gestão otimizada dos processos da administração.

O Controle acompanhou essas dificuldades e a execução das ações orçamentária, financeira e patrimonial, demonstrando através dos relatórios mensais.

I- Abaixo o relatório das avaliações e acompanhamentos realizados durante o Exercício 2015, nos termos da IN n° 02, de 25/11/2015.

1.1- Do Cumprimento das Metas Previstas no PPA e na LOA

A Lei n° 2.665, de 19 de dezembro de 2013 que elabora o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2014 a 2017 indica as diretrizes, programas e objetivos; órgãos responsáveis por programas, ações e metas.

O planejamento da gestão do governo de EXERCÍCIO 2015 se deu a partir da observação e elaboração do conjunto de leis e a partir da realidade municipal. As Leis de planejamento se deram visando estabelecer relação direta com a realidade, seus programas, receita e despesa.

O que se é possível avaliar do planejamento – com um orçamento no valor de R\$ 29.508.208,28 uma receita realizada de R\$ 25.027.213,78 não resta dúvida, houve um equilíbrio na gestão. O planejamento ficou mais coerente em relação ao Exercício anterior. Em geral os programas essenciais foram executados. Assim, encerramos a despesa empenhada no valor de R\$ 22.877.852,66 (5,75%) a menos que 2014 (R\$ 24.274.017,24) com uma arrecadação R\$ 25.027.213,78 (0,44%) a mais que 2014, de (R\$ 24.917.019,91); apresentando uma gestão positiva do planejamento, um superávit no valor de R\$ 2.149.361,12. (anexo VI – RREO).

A receita foi estimada, segundo a Lei n° 2.704, de 23 de dezembro de 2014, estimada em **R\$ 29.508.208,28** (vinte e nove milhões, quinhentos e oito mil, duzentos e oito reais e vinte e oito centavos) e a despesa foi fixada também em **igual valor**.

Para que o plano a estimativa da receita fosse coerente, preocupou-se adotar os seguintes critérios:

- a) A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- b) Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- c) A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- d) A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- e) A projeção das receitas de transferências de outros entes;
- f) A legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

1.2– Avaliação dos Resultados quanto a Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

A Lei orçamentária n° 2.704, aprovada em 23 de dezembro de 2014 para o exercício de 2015, elaborada conforme normas estabelecidas na Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

A análise foi realizada com base no RREO com data base: 31/12/2015 – resultado da receita prevista na coluna até o bimestre. Da despesa corrente foi analisada a empenhada/total.

Quadro 1

Receitas Previstas por Categoria	Valor – R\$	AV - %	Despesas Fixadas	Valor – R\$	AV - %
Receitas Correntes	26.433.879,69	88,65	Despesas Correntes	19.690.053,75	86,17
Receitas de Capital	2.869.544,00	9,72	Despesas de Capital	827.056,06	3,62
(-) Contas Redutoras	3.594.104,93	12,18	Reserva de Contingência	0,00	0,00
Receitas Intra-orçamentárias	3.798.889,52	12,87	Reserva de RPPS	0,00	0,00
Total	29.508.208,28	100	Total	22.848.912,79	100
Receita total realizada	24.807.914,68		Desp. total empenhada	22.848.912,79	

A análise foi realizada com base no RREO com data base: 31/12/2015 – receita realizada e despesa liquidada. Da receita prevista para o 6° bimestre de R\$ 26.433.879,69, arrecadou R\$ 25.050.218,29 apresentando um déficit orçamentário de R\$ 1.383.661,40. Avaliando a despesa, conforme Anexo VI do RREO, o quadro apresenta um superávit no valor de R\$ 1.959.001,89 comparando a receita efetivamente arrecada e a despesa empenhada.

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei n° 4.320/64, Lei n° 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Os quadros demonstram que a gestão observou com coerência o planejamento tendo os resultados mais coerentes comparados a Exercícios anteriores.

O limite para abertura de créditos adicionais suplementares no Exercício foi de 30% conforme o artigo 5°, II e III da Lei Municipal Orçamentária n° 2.704, de 23/12/2014, porém o Poder Executivo executou um percentual de 15,73%, bem abaixo do limite estabelecido.

“Responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. É claro, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita. A geração de despesas com pessoal, da seguridade social, dívida consolidada, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.”

Em geral cumpriu-se as ações básicas previstas no Planejamento e na Legislação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

1.3 - Observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

O Município, em se tratando da disponibilidade não vinculada (R\$ 364.056,23) e os restos a pagar não vinculados (R\$ 542.981,77), ficou descoberto em R\$ 178.925,54, já em relação à disponibilidade vinculada (R\$ 1.541.940,68) e os restos a pagar vinculados (R\$ 1.242.568,62), o município fica com superávit no valor de R\$ 299.200,51. (RGF – Anexo 1)

Limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar – em 31/12/2015.

Quadro 2

Disponibilidade financeira/bruto	Do Executivo	RPPS	Câmara	Total
Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco – Recurso Não Vinculado	R\$ 364.056,23	R\$ 8.697.819,52	R\$ 111.922,84	R\$ 9.173.798,59
Banco – Recurso Vinculado	R\$ 1.541.940,68	-	-	R\$ 1.541.940,68
Total disponível	R\$ 1.905.996,91	R\$ 8.697.819,52	R\$ 111.922,84	R\$ 10.715.739,27
Restos a Pagar	-	-	-	-
Processados	R\$ 1.331.684,09	R\$ 7.658,26	R\$ 23.108,52	R\$ 1.362.450,87
Não processados	R\$ 453.866,30	R\$ 56.620,95	R\$ 12.619,85	R\$ 523.107,10
Total RP	R\$ 1.785.550,39	R\$ 64.279,21	R\$ 35.728,37	R\$ 1.885.557,97
Disponibilidade (-) RP Geral	R\$ 120.446,52	R\$ 8.633.540,31	R\$ 135.016,56	R\$ 8.830.181,30
RP Não Vinculado	R\$ 542.981,77	R\$ 7.658,27	R\$ 66.265,65	R\$ 1.004.451,04
RP Vinculado	R\$ 1.242.568,62	-	-	R\$ 948.948,27
Disponibilidade Não Vinculada (-) RP não Vinculado	(R\$ 178.925,54)	R\$ 8.690.161,25	R\$ 45.657,19	R\$ 9.173.798,59
Disponibilidade Vinculada (-) RP Vinculado	R\$ 299.372,06	-	-	R\$ 592.992,41

Fonte: Anexo I - RGF – Executivo/IPSEMB/Câmara.

1.3.1- Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal disposto no inciso III do art. 19 da Lei nº 101/2000.

Quadro 3

Títulos	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente Líquida (A)	15.649.404,34	17.277.289,96	18.256.030,94	19.938.139,94	21.301.107,99
Gastos com Pessoal do Município (B)	7.352.915,78	8.408.796,62	9.374.119,60	10.274.591,49	11.178.187,80
Percentual aplicado pelo Município (B/A)	46,99%	48,67%	51,35%	51,53%	52,48%
Limite Prudencial 95% (§ único, art. 22)	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%
Limite Legal (art. 20)	54%	54%	54%	54%	54%
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D)	355.287,99	398.218,96	439.619,54	473.220,61	472.677,74
Percentual Aplicado pelo Poder Legislativo (D/A)	2,27%	2,30%	2,42%	2,37%	2,64%
Limite Prudencial 95% (§ único, art. 22)	5,70%	5,70%	5,70%	5,70%	5,70%
Limite Legal (art. 20)	6%	6%	6%	6%	6%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês tomando-se por base os gastos no mês de referência, acrescidos dos gastos nos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, a data de liquidação do empenho da folha de pagamento. Informação estudada e transmitida ao Executivo Municipal mensalmente.

O Controle apurou que os gastos com Pessoal do Município corresponderam a 55,12% da Receita Corrente Líquida, no exercício de 2015, cumprindo o limite máximo de 60% disposto, inciso III do artigo 19 da Lei n° 101, de 4 de maio de 2000.

Apurou-se que os Poderes, Executivo e Legislativo observaram os limites máximos de 54% e 6%, dispostos nas alíneas 'a' e 'b' do inciso III do art. 20 da Lei complementar n° 101/2000 (LRF), uma vez que os gastos de Pessoal corresponderam respectivamente a 52,48% e 2,64%.

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função

Quadro 4

	Funções	Despesa Realizada		Empenhada	Liquidada
		Empenhada	Liquidada	AV - %	AV - %
04	Administração	1.721.060,66	1.713.002,86	7,52	7,66
06	Segurança Pública	46.342,19	45.038,52	0,20	0,20
08	Assistência Social	666.254,45	646.381,39	2,91	2,89
10	Saúde	4.967.098,24	4.894.591,16	21,71	21,89
12	Educação	5.877.259,76	5.871.341,73	25,69	26,26
13	Cultura	183.931,75	158.353,75	0,80	0,71
15	Urbanismo	1.389.612,91	1.339.134,14	6,07	5,99
16	Habitação	15.466,66	15.466,66	0,07	0,07
17	Saneamento	62.035,41	62.035,41	0,27	0,28
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Agricultura	158.692,61	158.692,61	0,69	0,71
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Comunicações	11.268,11	11.268,11	0,05	0,05
26	Transportes	308.743,23	298.797,81	1,35	1,34
27	Desporto e Lazer	385.274,61	125.070,14	1,68	0,56
28	Encargos Especiais	563.326,81	563.326,81	2,46	2,52
01	Legislativo	827.175,21	814.555,36	3,62	3,64
09	Previdência Social	3.360.507,07	3.303.886,12	14,69	14,78
-	Subtotal	20.544.049,68	20.020.942,58	-	-
-	Despesas (Intra-Orçamentárias) (II)	2.331.802,98	2.331.802,98	10,19	10,43
	Total gasto	22.877.852,66	22.354.745,56	100	100

Fonte: Anexo VII - RREO/2015 A.V. – Análise Vertical.

A análise vertical (AV) referente ao quadro acima demonstra que houve maiores investimentos nas funções de Educação e Saúde. Constata-se também que empenhou e liquidou respectivamente 5,75% e 1,55% a menos que no exercício anterior.

1.4 - Aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em serviços públicos de saúde, com a especificação dos índices alcançados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

1.4.1- Avaliação da Aplicação dos Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Quadro: 5

	Títulos	2013	2014	2015
1	Receita de Impostos e Transferências Correntes + Outras Receitas Correntes (A)	15.571.384,10	16.576.446,85	17.408.848,52
2	Gastos com Ensino a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B)	5.753.586,04	5.776.049,34	5.637.482,46
3	Percentual Aplicado (B/A)	36,95%	34,84%	32,38%
4	Percentual Mínimo	25%	25%	25%

De acordo com o quadro, a aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o Órgão aplicou o percentual de 32,38% da Receita Base de Cálculo, atendendo o exigido no artigo 212 da Constituição da República de 1988, EC nº 53/06 e Leis nº 9.394/96 e 11.494/07, que é de 25%.

1.4.2- Aplicação dos Recursos do FUNDEB.

Quadro 6

	Títulos	2013	2014	2015
1	Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras e recursos não aplicados no exercício anterior) (A)	2.845.976,05	3.152.550,16	3.487.010,48
2	Despesas realizadas no Exercício c/a Remuneração dos Profissionais Magistério (B)	2.571.050,19	3.017.617,13	2.756.699,52
3	Despesas realizadas no Exercício (C)	236.479,82	92.636,38	484.426,36
4	Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério (B/A) (60%)	90,34%	95,72%	79,05%
5	Percentual Aplicado (C/A) (40%)	8,31%	2,98%	13,89%

No tocante ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) o Órgão aplicou o percentual de 79,05% da Receita Base de Cálculo recursos do FUNDEB, cumprindo o disposto na EC nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007.

1.4.3- Avaliação da Aplicação dos Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Quadro 7

	Títulos	2013	2014	2015
1	Receita de Impostos e Transferências Constitucionais + outras receitas correntes (A)	15.571.384,10	16.576.446,85	17.408.848,52
2	Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (B)	3.511.736,05	4.481.492,02	4.563.664,03
3	Percentual Aplicado nas Ações e Serv. Públicos de Saúde (B/A)	22,55%	27,04%	26,21%
4	Percentual Mínimo a Aplicar nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 27 da Lei nº 2.000 de 21 de julho de 2010).	15%	15%	15%

No exercício, o Município apurou-se que nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, aplicou o equivalente ao índice de 26,21% da Receita Base de Cálculo, obedecendo ao índice mínimo de 15% de que trata o art. 77, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

redação dada pelo art. 7º da EC nº 29/2000, da Lei Orgânica do Município e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

1.5- Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

O valor dos recursos apurados por alienação de ativos foi de R\$ 17.085,00 e não houve destinação dos referidos no Exercício em tela. Assim, o Município cumpriu as determinações do art. 44 e art. 50, inc. VI da Lei Complementar nº 101/2000.

1.6- Observância disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do Município.

Quadro 8

Receita Tributária e Transferências Constitucionais	Exercício/2013 (2012)	Exercício/2014 (2013)	Exercício/2015 (2014)
RCL base de cálculo	17.277.289,96	18.168.646,87	19.938.133,44
Percentual Legal	7%	7%	7%
Limite Máximo (7% da RCL do exercício anterior)	1.209.410,30	1.271.805,28	1.395.669,34
Valor Repassado	995.252,00	1.107.668,99	900.000,00
Percentuais	5,76%	6,10%	4,51%

O repasse de recursos efetuado ao Poder Legislativo Municipal, no montante de R\$ 900.000,00 o equivalente a 4,51% observou o limite de 7% da receita base de cálculo, em conformidade com o inciso I, art. 29-A da Constituição Federal, com redação dada pelo art. 2º da EC nº 25/2000, alterado pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 58 de 23/10/2009.

1.7 – Da aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado.

A Lei nº 2.705, de 23 de dezembro de 2014, autoriza a concessão de subvenções no valor de R\$ R\$ 1.805.935,68 (um milhão, oitocentos e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos) 8 (oito), sendo de subvenções R\$ 1.400,200,00 e contribuições e auxílios de R\$ 405.735,68.

Quadro 9

Lei nº 2.705, de 23 de dezembro de 2014 – R\$ 1.291.600,00							
Subvenções							
Santa Casa de Misericórdia							R\$ 1.291.600,00
Data	19/1	11/2	30 e 11/3	17/4	8 e 18/5	17/6	
Programado	134.850,00	103.050,00	108.450,00	106.650,00	108.450,00	106.650,00	
Pago	134.850,00	103.050,00	108.450,00	60.000,00	155.100,00	106.650,00	
Data	10 e 20/7	19/8	11 e 18/9	7, 22 e 23/10	13 e 20/11	14 e 15/12	
Programado	109.850,00	108.450,00	106.650,00	108.450,00	106.650,00	83.450,00	
Pago	91.295,00	90.450,00	60.000,00	119.100,00	88.650,00	90.450,00	R\$ 1.208.045,00
Associação de Pais Amigos Excepcionais (APAE)							R\$ 33.000,00
Data	25/2	25/3	24/4	20/5	19/8	20/10	
Pago	5.800,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.310,00	2.310,00	
Data	11/11	13/11	14/12	-	-	-	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Pago	2.310,00	2.310,00	1.680,00	-	-	-	R\$ 25.420,00
Lar dos Idosos Imaculada Conceição							R\$ 75.600,00
Data	11/2	24/4	20/5	19/8	20/10	13/11	10/12
Pago	6.880,00	6.872,00	6.872,00	7.146,88	7.146,88	14.293,76	7.146,88
						Total	R\$ 56.358,40
Contribuições e Auxílios							
Consórcio Intermunicipal de Saúde Lagos Sul de Minas (CISLAGOS)							R\$ 140.000,00
Data	20/1	11 a 27/2	10 a 30/2	10 e 22/4	4 a 29/5	10 a 30/6	
Pago	14.950,18	15.261,49	11.115,76	7.716,53	19.033,10	12.836,42	
Data	10 a 30/7	10 a 28/8	10 a 30/9	10 a 30/11	10 a 30/12		
	11.684,62	11.116,72	9.268,07	22.458,83	20.139,37		R\$ 155.581,34

Obs.: Em relação ao Consórcio, a Lei nº 2.705, de 23/12/2014 autoriza R\$ 140.000,00 – mas a Lei nº 1.681, 6/6/1195 alterada pela e Lei nº 2.098, 22/8/2001, fixa 2% sobre a parcela do FPM. Assim gerou uma despesa a mais no valor de R\$ 15.581,34.

Associação Montebelense Amigos de Rua							R\$ 35.280,00
Data	11/2	25/3	24/4	20/5	19/8	21/10	
Pago	3.210,00	3.207,00	3.207,00	3.207,00	2.693,88	2.693,88	
Data	26/11	10/12	-	-	-	-	
	2.693,88	2.693,88	-	-	-	-	R\$ 23.606,52
Fundação Educativa Cultural de Monte Belo – Rádio Montana							R\$ 18.000,00
Data	25/3	22/5	11/2				
Pago	1.636,00	1.636,00	1.640,00				R\$ 4.912,00
EMATER/MG							R\$ 147.500,00
Data	20/1	11/2	11/3	10/4	8/5	-	
Pago	12.291,67	12.291,67	12.291,67	12.291,67	12.291,67	-	R\$ 61.458,35
Plano Estadual de Assistência Farmacêutica							R\$ 25.000,00
Data	28/1	23/7	24/11	-	-	-	
Pago	5.976,18	377,58	5.976,18	-	-	-	R\$ 12.329,94
Associação dos Município da Micro Região da Baixa Mogiana - AMOR							R\$ 39.955,68
Data	-	-	-	-	-	-	-
Pago	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00

Obs.: Os valores programados para a AMOG foram anulados.

Do valor de R\$ 1.805.935,68 autorizados, efetivou-se o pagamento de R\$ 1.547.711,55.

As referidas entidades beneficiadas pela **Lei nº 2.705, 23/12/2014** - APAE, Lar dos Idosos, Santa Casa de Misericórdia, AMAR-CANIL e Fundação Educativa Cultural (Rádio Montana FM), tiveram seus Planos de Trabalho aprovados e suas prestações de contas devidamente apreciadas e aprovadas pelo Setor Responsável da Prestação de Contas. A EMATER presta contas através de Relatório Anual O Consórcio Intermunicipal de Saúde Lagos Sul de Minas (CISLAGOS) presta serviço. O Plano Estadual de Assistência Farmacêutica é público. A AMOG e parcialmente outras entidades tiveram partes dos valores anulados devido a indisponibilidade financeira.

1.8 – Das medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobiliário.

1) Através da Portaria nº 3.178, de 1º de junho de 2015 o Município nomeou uma Comissão e esta desenvolveu levantamento dos bens, com respectivo laudo fotográfico, conferência e incorporação com o respectivo relatório dos bens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

2) Conciliação: entre os registros contábeis e os bens inventariados, procedimento onde as informações contábeis são confrontadas com informações físicas para verificar quais bens foram encontrados fisicamente e quais foram encontrados contabilmente, para obter o Relatório dos Bens Conciliados, Relatório de Sobras Físicas e Relatório de Sobras Contábeis.

2.1) Relatório de Bens Conciliados: listas dos bens encontrados fisicamente que foram identificados nos registros contábeis, (X) não () sim;

2.2) Relatório de Sobras Contábeis: listas dos bens que possui registros contábeis e que não foram encontrados fisicamente, (X) não () sim;

2.3) Relatório de Sobras Físicas: listas dos bens que foram encontrados fisicamente e que não foram encontrados os registros contábeis correspondentes, (X) não () sim;

3) Análise das Sobras e Saneamento: busca por bens não conciliados visando eliminação das sobras físicas e contábeis, conjunto procedimentos que obedecem uma rotina particular, fundamentais para a qualidade do produto final e que incluem até mesmo nova diligência aos locais para busca das soluções, (X) não () sim.

Quadro 10

PROCESSO	Nº	DATA INSTAURAÇÃO	Data de Comunicação ao TCE/MG	Causas	Resultado
SINDICÂNCIA	N	N	N	N	N
INQUÉRITOS	N	N	N	N	N
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	N	N	N	N	N
TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS	N	N	N	N	N

1.9 – termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento, e

A Lei nº 1.681, de 6 de junho de 1995, alterada pela Lei nº 2.098, de 22 de agosto de 2001, a primeira, no seu artigo 2º autoriza o Município contribuir com o percentual de 1,5% do FPM ao mês; a segunda, no seu artigo 1º altera o percentual, passando para 2% sobre a parcela do FPM ao mês.

A Lei nº 2.705, de 23 de dezembro de 2014, autoriza o repasse na categoria contribuições e auxílios ao Consórcio Intermunicipal de Saúde Lagos Sul de Minas (CISLAGOS) no valor de R\$ 140.000,00 – porém o Município efetivou um valor de R\$ 155.581,34 nos termos do art. 2º da Lei nº 2.098/2001.

1.10 – cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio de Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da IN nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCEMG.

Os prazos nos termos dos arts. 4º e 5º da IN nº10, de 14 de dezembro de 2011, foi observado e cumprido.

O setor responsável afirma que os envios se deram de forma eficiente todos em atendimento aos leiautes definidos pelo SICOM e o Sistema de Informática locado pela municipalidade nos termos da IN nº 02, de 25 de novembro de 2015

II) No caso de o Município possuir regime próprio de previdência (IPSEMB), o relatório conterá, além dos itens retro especificados:

1.11 - Montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

Quadro 11

Contribuições Patronais	2014	2015
Restos a Pagar Patronal do Executivo ao IPSEMB	R\$ 167.892,87	R\$ 179.453,61
Restos a Pagar Patronal do IPSEMB ao IPSEMB	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar Patronal do Câmara ao IPSEMB	R\$ 1.639,30	R\$ 5.367,96
Déficit Atuarial		
Restos a Pagar Patronal do Executivo ao IPSEMB	R\$ 112.548,73	R\$ 148.200,32
Restos a Pagar Patronal do IPSEMB ao IPSEMB	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar Patronal do Câmara ao IPSEMB	R\$ 976,76	R\$ 4.433,10

1.12 - Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, com a especificação dos valores repassados ao INSS e daqueles repassados ao RPPS.

Quadro 12

IPSEMB		INSS	
2015		2015	
Mês	Valores – R\$	Mês	Valores – R\$
Janeiro	2.905,56	Janeiro	5.047,20
Fevereiro	175.099,94	Fevereiro	20.124,68
Março	193.369,61	Março	26.416,22
Abril	182.036,77	Abril	31.302,30
Maio	179.9623,07	Maio	31.445,42
Junho	178.501,92	Junho	32.705,66
Julho	176.711,98	Julho	16.114,23
Agosto	176.507,93	Agosto	15.826,71
Setembro	175.293,09	Setembro	15.658,06
Outubro	171.263,03	Outubro	12.200,91
Novembro	174.693,96	Novembro	16.067,40
Dezembro	507.151,47	Dezembro	48.874,01
Total	2.293.497,33	Total	271.782,80

1.13 – Dos procedimentos adotados quando da renegociação da dívida do RPPS, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

No Exercício não houve negociação, mas mantém-se abaixo os procedimentos adotados da negociação à época.

Lei n° 2.050, 3 de maio de 2000 - 176 parcelas no total de R\$ 621.078,33.

A dívida acima exposta na Lei n° 2.050, de 3 de maio de 2000, foi quitada, portanto conforme o quadro abaixo zerada.

Lei n° 2.505, de 25 de novembro de 2009 – R\$ 86.315,26

Dos procedimentos adotados, tratam da discussão, elaboração e votação da Lei 2.505, de 25 de novembro de 2009 e do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, de 25 de novembro de 2009.

A referida Lei define as condições e os procedimentos da confissão da dívida em favor do IPSEMB no valor de R\$ 86.315,26. Sendo R\$ 34.262,44 relativo a “contribuições dos aposentados e pensionistas” não



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

recolhido no período de jan/2001 a mar/2002 e fixa 240 parcelas mensais, sendo R\$ 142,76 cada e o segundo valor reconhecido é o de R\$ 52.052,86 relativo ao “excedente administrativo” também não recolhido, parcelado em 60 mensais no valor de 867,55 cada. A pactuação das datas de vencimentos e prazos das parcelas deverão atender às disposições contidas na Portaria MPAS n° 402, de 10 de dezembro de 2008.

Dos critérios – o art. 3° fixa a correção mensal pelo INPC ou IPCA-IBGE, SELIC ou índice que o substituir fixa o art. 3°; sendo 176 o número de parcelas.

Lei n° 2.687, de 23 de junho de 2014 – R\$ 148.975,74 – 60 parcelas mensais.

Dos procedimentos adotados, tratam da discussão, elaboração e votação da referida Lei e do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV n° 00441/2014).

A referida Lei define as condições e os procedimentos da confissão da dívida em favor do IPSEMB no valor de R\$ 148.975,74 oriundas das “contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município ao IPSEMB”, das competências 01/2008 a 12/2013 pagar em até 60 parcelas de R\$2.482,93.

Dos critérios – o art. 2° fixa a correção mensal pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% ao mês e multa de 2.0%, acumulados desde a data de vencimento de contribuições previdenciárias.

No Exercício não houve negociação.

Quadro Atual da Dívida Fundada

Quadro 13

N° Lei	Saldo exercício anterior	Emissão	Inscrição atualização	Baixa amortização	Saldo para exercício seguinte
N° 2.505/2009	25.554,08	0,00	0,00	1.713,12	23.840,96
N° 2.687/2014	131.595,23	0,00	0,00	29.795,16	101.800,07
N° 2.050/2000	123.092,59	0,00	0,00	123.092,59	0,00
BDMG	1.079.900,00	0,00	0,00	247.477,08	832.422,92
Totais	280.241,90	0,00	0,00	154.600,87	958.063,95

Fonte: Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada.

1.14 – Informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, especialmente no que diz respeito a “Restos a Pagar”, “Dívida Ativa”, “Contribuições a Receber” e “Empréstimos”.

1.14.1- Quanto ao montante inscritos em restos a pagar, referentes as contribuições previdenciárias ao IPSEMB.

Quadro 14

Contribuições Patronais	
Restos a Pagar Patronal do Executivo ao IPSEMB	R\$ 179.453,61
Restos a Pagar Patronal do IPSEMB ao IPSEMB	R\$ 0,00
Restos a Pagar Patronal do Câmara ao IPSEMB	R\$ 5.367,96
Déficit Atuarial	
Restos a Pagar Patronal do Executivo ao IPSEMB	R\$ 148.200,32
Restos a Pagar Patronal do IPSEMB ao IPSEMB	R\$ 0,00
Restos a Pagar Patronal do Câmara ao IPSEMB	R\$ 4.433,10

1.14.2- Despesas pagas em 2016 a título de obrigações patronais relativas ao Exercício de 2015 do INSS e RPPS.

Quadro 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Despesas pagas a título de Obrigações Patronais	Contribuições - Valores			Total das Contribuições
	Executivo	Adm. Indireta	Legislativo	
INSS	-	-	-	-
RPPS – IPSEMB	1.210.121,95	0,00	17.145,51	1.227.267,46
Total das Contribuições	-	-	-	-

1.14.3- As renegociações de exercícios anteriores estão abaixo demonstradas.

Quadro 16

Nº Contrato	Saldo exercício anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo atual
Nº007/2000	41.143,68	0,00	41.143,68	0,00	0,00	0,00
Nº080/2009	9.543,05	0,00	9.543,05	0,00	0,00	0,00
Nº081/2009	25.554,08	0,00	1.713,12	0,00	0,00	23.840,96
Nº441/2014	131.595,23	0,00	29.795,16	0,00	0,00	101.800,07
Totais	207.836,04	0,00	82.195,01	0,00	0,00	125.641,03

1.14.4- Quanto à conciliação dos registros da dívida de natureza previdenciária.

Quadro 17

Executivo		RPPS – IPSEMB	
Restos a pagar – Obrigações Patronais	R\$ 0,00	Crédito a receber – Balanço Patrimonial	R\$ 0,00
Contribuição Previdenciária dos Segurados - Depósitos	R\$ 0,00		
Devedores Diversos	R\$ 0,00		
Total	R\$ 0,00	Total	R\$
Executivo		RPPS – IPSEMB	
Dívida Fundada com o RPPS	R\$ 125.641,03	Dívida Ativa	R\$ 0,00
Saldo	R\$ 125.641,03	Saldo	R\$ 0,00

2 – Parecer elaborado pelo Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em observância ao disposto no art. 13 da IN nº 13, de 3 dezembro de 2008, com redação conferida pela IN nº 05/, de 19 de dezembro de 2012, ambas do TCEMG.

Anexo

3 – Balanço Orçamentário, contendo o demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados e o demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados.

Quadro 18

Especificação	Receita			
	Prevista	Previsão Atualizada	Realizadas	Diferença
Receitas Correntes	26.447.408,28	26.447.408,28	24.202.963,87	-2.244.444,41
Receita Tributária	1.291.000,00	1.291.000,00	1.423.562,03	132.562,03
Receita de Contribuições	4.479.958,28	4.479.958,28	3.025.378,86	-1454.579,42
Receita Patrimonial	680.950,00	680.950,00	1.190.857,28	563.907,28
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Receita de Serviços	67.000,00	67.000,00	97.827,82	30.827,82
Transferências Correntes	19.523.950,00	19.523.950,00	18.221.299,15	-1.302.650,85
Outras Receitas Correntes	404.550,00	404.550,00	244.037,73	-160.511,27
Receitas de Capital	3.060.800,00	3.060.800,00	604.950,81	-2.455.849,19
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	1.050.000,00	1.050.000,00	00.060,00	-1.038.940,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	2.010.800,00	2.010.800,00	593.890,81	-1.416.909,19
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exerc. Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas (IV) = I+II+III)	29.508.208,28	29.508.208,28	24.807.914,68	-4.700.293,60
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV+V)	29.508.208,28	29.508.208,28	24.807.914,68	-4.700.293,60
Déficit (VII)	-	-	0,00	0,00
Total (VIII) = (VI + VII)	29.508.208,28	29.508.208,28	24.807.914,68	-4.700.293,60
Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	544.511,24	0,00	544.511,24
Superávit Financeiro	0,00	544.511,24	0,00	544.511,24
Reabertura de Créditos adicionais	-	880,00	-	880,00

Nota /Fonte: Balanço Orçamentário PCA/2015.

Quadro 19

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
Despesas Correntes (IX)	24.675.919,44	24.675.919,44	21.990.348,45	21.780.698,45	20.465.538,51	2.685.570,99
Pessoal e encargos Sociais	15.133.600,00	15.977.105,69	14.764.866,24	14.764.866,24	14.287.367,26	1.212.239,45
Juros e encargos da dívida	-	111.424,36	108.271,23	108.271,23	108.271,23	3.153,13
Outras Despesas Correntes	8.212.240,28	8.587.389,39	7.117.210,98	6.907.560,98	6.069.900,02	1.470.178,41
Despesa de Capital (X)	3.738.985,36	3.631.522,47	858.564,34	545.107,24	497.816,31	2.772.958,13
Investimentos	3.4460.000,00	3.352.394,11	579.578,98	266.121,88	218.830,95	2.771.815,13
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	278.985,36	279.128,36	278.985,36	278.985,36	278.985,36	143,00
Reserva de Contingência (XI)		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Reserva de RPPS (XII)	2.313.958,28	1.818.808,28	0,00	0,00	0,00	1.818.808,28
Subtotal das Despesas (XIII = (IX+X+XI+XII))		30.136.250,19	22.848.912,79	22.325.805,69	20.963.354,82	7.287.337,40
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XV) = (XIII + XIV)	30.136.250,19	30.136.250,19	22.848.912,79	22.325.805,69	20.963.354,82	7.287.337,40
Superávit (XVI)	-	-	1.106.278,01	-	-	1.106.278,01
Total (XVII) = (XV+XVI)	29.508.208,28	30.136.250,19	23.955.190,80	22.325.805,69	20.963.354,82	8.393.615,41



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados						
Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=a+b+d-e
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31/12 (b)				
Despesas Correntes	8.600,15	269881,60	233.572,63	233.573,13	41.344,03	3.564,59
Pessoal e Encargos Sociais	2.133,01	3.404,92	3.107,48	3.107,98	0,00	2.429,95
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.467,14	266.476,68	230.465,15	230.465,15	41.344,03	1.134,64
Despesas de Capital	34.973,29	1.318.479,00	841.789,32	827.645,92	5.110,00	520.696,37
Investimentos	34.973,29	1.318.479,00	841.789,32	827.645,92	5.110,00	520.696,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	40.305,79	1.581.472,23	1.068.771,02	1.054.627,62	46.454,03	519.699,40

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados					
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Inscritos		Pagos (d)	Cancelados (d)	Saldo (f)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31/12 do Exercício (b)			
Despesas Correntes	0,00	1.557.933,26	1.511.035,84	16.648,20	30.249,22
Pessoal e Encargos Sociais	2.133,01	318.666,01	288.682,45	0,00	32.116,57
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.134,64	1.246.155,61	1.228.944,82	16.648,20	1.697,24
Despesas de Capital	43.833,43	168.132,34	168.132,34	0,00	43.833,43
Investimentos	43.833,43	168.132,34	168.132,34	0,00	43.833,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	43.833,43	1.726.065,60	1.679.168,18	16.648,20	74.082,65

Fonte: RREO – Consolidado – Balanço Orçamentário – 004/004 – Opção: 3938.

Houve superávit no Exercício no valor de R\$ 1.106.278,01, o que demonstra que a administração está cumprindo o § 1º, do artigo 1º da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo da realização dos investimentos planejados.

Em 2014 foram inscritos em Restos a Pagar recursos na ordem de R\$ 215.083.500 e em 2015 o montante se elevou para R\$ 364.164.426, apresentando um aumento de 69,31%, 8 conforme dados mostrados na tabela a seguir. Quando verificamos a participação dos Restos a Pagar em relação à Despesa Orçamentária constatamos que seu quociente passou de 2,17% em 2006 para em 4,08%, conforme gráfico 4, a seguir da evolução desse indicador. Com isso, ficou elevada a parcela da Despesa Orçamentária que deixou de ser paga no exercício em análise, apesar de terem ocorridos incrementos no ativo financeiro, conforme demonstrado em comentários anteriores. Esses valores inscritos nos Restos a Pagar oneraram as Dotações Orçamentárias do exercício de 2007 e comprometem os recursos financeiros do exercício seguinte.

Na relação entre receita corrente prevista e despesa fixada e o efetivamente realizado encontramos o seguinte resultado:

Quadro 20

Receitas			Despesas		
Previstas	Realizadas	Diferença	Fixada	Despesas Liquidadas	Diferença
29.508.208,28	24.807.914,68	-4.700.293,60	29.508.208,28	22.325.805,69	2.482.108,99

a) O valor da receita orçada para o exercício de 2015 foi de R\$ 29.508.208,28. A receita efetivamente arrecadada foi de R\$ 24.807.914,68 e a despesa deliquida de R\$ 22.325.805,69. Comparando a receita arrecadada com a despesa liquidada, verificamos um superávit. Gestão tomou todos os cuidados para fechar as contas com eficiência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

b) Os Créditos Suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o artigo 40 e 43, III do §1º da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 167, inciso V, da Constituição Federal/1988.

c) Os Créditos Suplementares abertos por autorização da LDO e LOA totalizaram o valor de R\$ 3.645.848,20 o equivalente a 15,73% das despesas autorizadas para o Executivo de R\$ 23.169.500,00. A Câmara suplementou R\$ 84.000,00 e o IPSEMB o valor de R\$ 155.150,00 – totalizando R\$ 3.884.998,20, o que representa 13,16% do orçamento geral autorizado, no valor de R\$ 29.508.208,28. Por Lei especial suplementou-se R\$ 1.190.401,39.

Fonte: Rel. de Prestação de Contas – 001/004 – op. 3804.

A receita arrecadada no último exercício financeiro foi comparada com o exercício atual, de forma a proporcionar a análise de seu histórico de crescimento pela análise horizontal (AH). O quadro abaixo demonstra esta evolução

Quadro 21

Períodos Comparados	Ano/2014		Ano/2015	
	Títulos	Receitas Realizadas	Receitas Realizadas	AH
Receitas Correntes		23.589.437,19	25.276.021,45	7,15%
Receitas de Capital		1.955.680,32	411.313,95	-78,97%
Dedução da Receita		(2.999.600,78)	(3.122.844,81)	4,11%
Rec. Intra-Orçamentária		2.080.021,98	2.462.723,19	18,40%
Total da Receita		24.625.538,71	25.027.213,78	1,63%

Fonte: Anexo VI - RREO, de 31/12/2015.

Houve um crescimento na receita total arrecadado em 2015 na relação com o exercício 2014, no valor de R\$ 401.675,07, o que equivale a 1,63%.

A despesa realizada no último exercício financeiro foi comparada com o exercício atual, de forma a proporcionar a análise de seu histórico de crescimento pela análise horizontal (AH). O quadro abaixo demonstra esta evolução referindo à despesa liquidada.

Quadro 22

Períodos Comparados	Ano/2014		Ano/2015	
	Títulos	Despesa Liquidada	Despesa Liquidada	AH
Despesas Correntes		18.816.228,81	19.509.343,62	3,68%
Despesas de Capital		1.744.638,54	513.598,96	-70,56%
Intra-orçamentárias		2.133.137,99	2.331.802,98	9,31%
Total da Despesa		22.694.005,34	22.354.745,56	-1,49

Fonte: Anexo VI - RREO, de 31/12/2015.

A despesa liquidada do Exercício de 2015, na relação ao de 2014 decresceu 1,49% demonstrando que a despesa foi controlada durante o exercício financeiro. Pois enquanto a receita realizada cresceu 1,63% a despesa ficou negativa em -1,49% o que representa uma gestão eficiente.

4 – Balanço Financeiro.

Quadro 23

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	24.807.814,68	3.726.194,05	Despesas	22.848.912,79	995.548,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

(I)			Orçamentárias (VI)		
Ordinária	15.953.702,68	3.726.194,05	Ordinária	10.132.944,34	995.548,65
Vinculada	8.854.212,00	0,00	Vinculada	12.715.968,45	0,00
Rec. Vinc. Educação	4.981.977,76	0,00	Rec. Vinc. Educação	6.767.269,37	0,00
Rec. Vinc. à Saúde	3.353.042,29	0,00	Rec. Vinc. à Saúde	5.401.648,21	0,00
Rec. Vinc. à Prev. Social - RPPS	0,00	0,00	Rec. Vinc. à Prev. Social - RPPS	0,00	0,00
Rec. Vinc. à Prev. Social - RGPS	0,00	0,00	Rec. Vinc. à Prev. Social - RGPS	0,00	0,00
Rec. Vinc. à Seguridade Social	182.134,76	0,00	Rec. Vinc. à Seguridade Social	189.917,54	0,00
Outras Destinações de Recursos	337.057,19	0,00	Outras Destinações de Recursos	357.133,33	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.012.120,34	1.107.668,99	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.300.942,46	0,00
Transf. Recebidas para a Execução Orçamentária	1.012.120,34	1.107.668,99	Transf. Concedidas para a Execução Orçamentária	1.012.120,34	0,00
Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transf. Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transf. Recebidas para Cobertura do Financiamento do RPPS	0,00	0,00	Transf. Concedidas para Cobertura do Financeiro do RPPS	288.822,12	0,00
Transf. Recebidas para Cobertura do Financiamento do RGPS	0,00	0,00	Transf. Concedidas para Cobertura do Financiamento do RGPS	0,00	0,00
Recebimento Extra Orçamentários (III)	5.325.798,23	5.900.930,36	Pagamento Extra Orçamentários (VIII)	6.114.777,89	502.196,98
Inscrição de Restos a Pagar e Não Processados	523.107,10	89.227,00	Pagamentos de Restos a Pagar e Não Processados	1.054.627,62	398.857,65
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.362.450,87	7.123,50	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.685.759,61	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.440.240,26	125.287,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.374.390,66	103.339,33
Outros Recebimentos Extra-orçamentários	0,00	5.679.282,96	Outros Pagamentos Extra-orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	9.983.172,00	7.118.832,10	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	10.864.372,11	2.195.764,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.685.529,14	399.854,62	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.017.919,75	1.685.529,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.297.642,86	6.718.977,48	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.846.452,36	510.235,01
Total (V) = (I+II+III+IV)	41.129.005,25	17.853.625,50	Total	41.129.005,25	3.693.509,78

Nota: Balanço Financeiro.

Quadro 24

Especificação	2015			2014		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
Ordinária	11.763.999,84	23.528,11	11.740.471,73	-	-	-
Vinculada	11.992.929,99	3.138.717,99	8.854.212,00	-	-	-
Rec. Vinc. Educação	8.114.796,36	3.132.818,60	4.981.977,76	-	-	-
Rec. Vinc. à Saúde	3.658.941,68	5.899,39	3.353.042,29	-	-	-
Rec. Vinc. à Prev. Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-
Rec. Vinc. à Previdência social -	0,00	0,00	0,00	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

RGPS						
Rec. Vinc. à Seguridade Social	182.134,76	0,00	182.134,76	-	-	-
Outras Destinações de Recursos	337.057,19	0,00	337.057,19	-	-	-
Total	23.756.929,83	3.162.246,10	20.594.683,73	-	-	-

Obs.: O balanço financeiro aqui apresentado representa os valores da Prefeitura, Câmara, Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), demonstrando que os ingressos, ou seja, receita orçamentária e extra orçamento e os saldos de disponibilidades do exercício anterior contra as despesas orçamentárias e extra orçamento e disponibilidades para o exercício seguinte.

4.1- Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- 1) as receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- 2) o processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- 3) as Conciliações Bancárias foram elaboradas mensalmente;
- 4) os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- 5) foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário, as quais foram apropriadas pela Prefeitura como receita orçamentária;
- 6) as aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como:
 - a) Banco do Brasil;
 - b) Caixa Econômica Federal;
- 7) as despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar;
- 8) o balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas;
- 9) O controle de Caixa e Bancos está sendo realizado mês a mês, quando são verificadas as escriturações, conciliações bancárias e extratos das contas bancárias e de aplicação financeira.

5 – Demonstrações das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais evidenciam as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício financeiro.

Estas variações podem ser resultantes ou independentes da execução orçamentária.

No exercício 2015, tivemos as seguintes variações:

Quadro 25

Variações Patrimoniais Quantitativas Consolidadas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas	27.013.041,19	1.548.534,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	881.756,87	0,00
Impostos	727.733,26	0,00
Taxas	154.023,61	0,00
Contribuições de melhoria	0,00	0,00
Contribuições	146.621,43	0,00
Contribuições sociais	0,00	0,00
Contribuições de intervenção no domínio econômico	0,00	0,00
Contribuição de iluminação pública	146.621,43	0,00
Contribuições de interesse das categorias profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Vendas de mercadorias	0,00	0,00
Vendas de produtos	0,00	0,00
Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	956.407,42	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Juros e encargos de mora	763.882,13	0,00
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00
Descontos financeiros obtidos	0,00	0,00
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	192.511,12	0,00
Outras variações patrimoniais aumentativas - financeiras	14,17	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	22.676.513,32	1.107.668,99
Transferências Intra governamentais	1.012.120,34	1.107.668,99
Transferências Inter governamentais	18.213.285,81	0,00
Transferências das instituições privadas	10.000,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	3.441.107,17	0,00
Transferências de consórcios públicos	0,00	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada	0,00	0,00
Transferência de pessoas físicas	0,00	0,00
Outras transferências de delegações recebidas	0,00	0,00
Valorização e ganhos com ativos e desincorporações de passivos	16.648,20	0,00
Reavaliação de ativos	0,00	0,00
Ganhos co alienação	0,0	0,00
Ganhos com incorporação de ativos	16.648,20	0,00
Desincorporação de passivos	0,00	0,00
Reversão de redução a valor recuperável	0,00	0,00
Outras variações patrimoniais aumentativas	2.335.093,95	440.865,87
Varição patrimonial aumentativa a classificar	0,00	0,00
Resultado positivo de participações	0,00	0,00
Reversão de provisões e ajustes de perdas	0,00	0,00
Diversas variações patrimoniais aumentativas	2.335.093,95	440.865,87

Variações Patrimoniais Quantitativas Consolidadas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Diminutivas	25224.708,14	674.611,43
Pessoal e encargos	11.575.367,37	473.220,61
Remuneração a pessoal	7.878.933,71	368.618,68
Encargos patronais	3.683.100,53	104.601,93
Benefícios a pessoal	13.333,13	0,00
Outras variações patrimoniais – pessoal e encargos	0,00	0,00
Benefícios previdenciários e assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de prestação continuada	0,00	0,00
Benefícios eventuais	0,00	0,00
Políticas públicas de transferência de renda	0,00	0,00
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	0,00	0,00
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	6.534.792,10	201.390,82
Uso de material de consumo	2.785.184,16	27.697,58
Serviços	3.749.607,94	173.693,24
Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	101.473,86	0,00
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos	101.473,86	0,00
Juros e encargos de mora	0,00	0,00
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00
Descontos financeiros concedidos	0,00	0,00
Outras variações patrimoniais diminutivas - financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	5.897.710,53	0,00
Transferências Intragovernamentais	1.300.942,46	0,00
Transferências Inter governamentais	3.122.844,81	0,00
Transferências a instituições privadas	1.318.341,92	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de consórcios públicos	155.581,34	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

Transferências do exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada	0,00	0,00
Outras transferências e delegações concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	70.450,00	0,00
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	70.450,00	0,00
Perdas com alienação	0,0	0,00
Perdas involuntárias	16.648,20	0,00
Incorporação de passivos	0,00	0,00
Desincorporação de ativos	0,00	0,00
Tributárias	215.186,06	0,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	0,00
Contribuições	215.186,06	0,00
Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços por Estados	0,00	0,00
Custo de mercadorias vendidas - CMV	0,00	0,00
Custo de produtos vendidos - CPV	0,00	0,00
Custo de serviços prestados - CSP	0,00	0,00
Outras variações patrimoniais diminutivas	829.728,22	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado negativo de participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções econômicas	0,00	0,00
Participações e contribuições	0,00	0,00
Vpd de constituição de provisões	0,00	0,00
Diversas variações patrimoniais diminutivas	829.728,22	0,00
Resultado Patrimonial do Período	1.788.333,05	873.923,43

O resultado patrimonial é apurado, procedendo-se ao somatório das variações ativas R\$ 27.013.041,19 e destas diminuindo-se o somatório das variações passivas R\$ 25.224.708,14; a diferença existente será o resultado patrimonial do exercício R\$ 1.788.333,05. No caso apresentado no demonstrativo das variações patrimoniais, verifica-se a existência de uma diferença de 1.788.333,05 = (27.013.041,19 - 25.224.708,14), que, por ser positiva, representa um superávit.

É importante observar que o resultado patrimonial do exercício é demonstrado no balanço patrimonial, pois constitui o saldo patrimonial existente; no caso em apreciação, constitui-se em ativo real líquido, ou seja, o ativo patrimonial, maior que o passivo patrimonial. Portanto, o ativo real líquido demonstra que os valores ativos do patrimônio superam os valores passivos em importância a ele equivalente.

6 – Balanço Patrimonial, acompanhado de quadro com a especificação do ativo financeiro, do ativo permanente, do passivo financeiro, do passivo permanente e do saldo patrimonial; de quadro referente às compensações; e de demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial por fonte de recurso.

6.1- O balanço patrimonial nos permite avaliar a posição patrimonial da entidade no final no exercício avaliado, evidenciando os detalhes das contas representativas dos bens, direitos, obrigações e o patrimônio líquido – saldo patrimonial.

Quadro 26

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido			
Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	10.866.771,	10.630.903,	Passivo Circulante	1.967.159,44	3.760.589,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

	58	57			
Caixa e Equivalente de Caixa	10.715.739,27	9.472.936,99	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias a Pagar a Curto Prazo	504.465,00	322.384,25
Créditos a Curto Prazo	148.632,84	1.102.537,36	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	937.719,31	1.447.525,56-1.315,06
Estoques	2.399,47	55.429,20	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	10.866.771,58	10.630.903,57	Provisões a Curto Prazo	6.278,03	7.123,16
Ativo Não Circulante	16.364.170,23	14.564.402,25	Demais Obrigações a Curto Prazo	524.975,13	1.990.679,59
Realizável a Longo Prazo	1.111.421,88	400.107,41			
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00			
Créditos a Longo Prazo	905.339,54	194.025,07			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	207.445,58	139.368,37			
Imobilizado	15.511.475,11	14.491.098,91			
Intangível	0,00	0,00			
Total do Ativo Não Circulante	16.364.170,23	14.564.402,25			
Total do Ativo	27.230.941,81	25.195.305,82	Total do Passivo Circulante	1.967.159,44	3.760.589,40

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Não Circulante	958.063,95	1.360.141,90
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	125.641,03	280.241,90
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	832.422,92	1.079.900,00
Fornecimento e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	958.063,95	1.360.141,90
Patrimônio Líquido	15.737.269,52	12.417.382,42
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	15.737.269,52	12.417.382,42
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	<i>15.737.269,52</i>	<i>12.417.382,42</i>
Total do Patrimônio Líquido	18.658.229,88	17.533.004,56

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei n° 4.320/1964

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ativo Financeiro	2.166.552,59	2.195.764,15
Ativo Permanente	16.366.569,70	15.212.133,82
Total do Ativo	18.533.122,29	17.407.897,97
Passivo (III)	-	-
Passivo Financeiro	2.932.923,56	3.842.693,24
Passivo Permanente	958.063,95	1.360.141,90
Total do Passivo	3.890.987,51	5.202.835,14
Saldo Patrimonial	14.642.134,78	12.205.062,83

Quadro Das Contas de Compensação – Lei n° 4.320/1964

Atos Potenciais Ativos	-	-
Garantias e contra garantias recebidas	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e contra garantias concedidas	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Totais dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Fontes de Recursos	2015	2014
100 – Recursos Ordinários do Exercício Corrente	4.155.876,48	-549.415,06
101 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação do Exercício Corrente -2.436.510,80	-2.436.510,80	-577.681,02
102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde do Exercício Corrente -2.436.510,80	-2.340.814,70	-359.096,21
112 – Serviços de Saúde do Exercício Corrente	-661,40	-661,40
116 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE do Exercício Corrente	3.305,69	502,56
117 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP do Exercício Corrente	62.983,61	17,93
118 – Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do Magistério – 60%) do Exercício Corrente	-629.874,49	34.618,74
119 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educ. Básica) do Exercício Corrente	909.937,51	0,00
122 - Transferências de Convênios - Educação do Exercício Corrente	309.971,91	283.917,65
123 - Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Corrente	-112.419,10	-145.927,32
124 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social) do Exercício Corrente	-334.665,40	-236.247,49
129 - Transferências de Recursos do FNAS do Exercício Corrente	125.697,50	91.615,87
143 - Transferências de Recursos do FNDE – PDDE do Exercício Corrente e	2.300,44	922,41
144 - Transferências de Recursos do FNDE – PNAE do Exercício Corrente	971,70	3.025,24
145 - Transferências de Recursos do FNDE – PNATE do Exercício Corrente	78,20	1.540,43
146 - Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Corrente	-352.753,45	-357.048,80
147 – Salário Educação do Exercício Corrente	8.316,23	2.826,18
148 – Transf. de Rec. do SUS para Atenção Básica do Exercício Corrente	26.173,64	42.034,79
150 – Transf. de Rec. do SUS p/ Vigilância em Saúde do Exercício Corrente	8.852,95	13.203,00
151 – Transf. de Rec. do SUS p/ Assist. Farmacêutica do Exercício Corrente	4.855,53	2.932,48
152 – Transf. de Recursos do SUS p/ Gestão do SUS do Exercício Corrente	5.355,13	12.438,71
155 – Outras Transf. de Rec. do Fundo Estadual de Saúde do Exerc. Corrente	10.319,55	35.745,39
156 - Transf. de Rec. do Fundo Est. de Assist. Social - FEAS do Exerc. Corrente	50.992,33	2.602,79
157 – Multas de Trânsito do Exercício Corrente	1.677,76	657,01
192 – Alienação de Bens do Exercício Corrente	11.552,21	0,00
222 - Transferências de Convênios – Educação do Exercício Anterior	-145.435,58	53.808,03
229 - Transferências de Rec. do Fundo (FNAS) do Exercício Anterior	-59.683,54	0,00
248 - Transferências de Rec. do SUS para Atenção Básica do Exercício Anterior	-48.789,88	0,00
250 – Transf. de Rec. do SUS para Vigilância em Saúde do Exercício Anterior	-3.261,00	-3.261,00
252 - Transferências de Rec. do SUS para Gestão do SUS do Exercício Anterior	-720,00	0,00
Total das Fontes de Recursos	-766.370,97	-1.646.929,09

Nota/Fonte: Balanço Patrimonial PCA/2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

No comparativo total do Patrimônio Líquido do Município no exercício financeiro de 2015 (R\$ 18.658.229,88) em relação ao exercício financeiro de 2014 (R\$ 17.533.004,56) apurou-se um aumento no valor de (R\$ 1.125.225,32) – um percentual de crescimento de 6,42%.

6.2- Do Inventário Geral Analítico

6.2.1- Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2015 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

6.2.2- “Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis”, **neste caso há inconsistência.**

6.2.3- O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

6.2.4- Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2015. Comissão nos termos da Portaria nº 3.273, de 22 de dezembro de 2015.

6.2.5- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2015 e é acompanhado mensalmente.

6.2.6- Bens Móveis, Imóveis - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2015, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que são expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais.

Conforme o texto acima exposto, consultando o responsável pelo Patrimônio este declara que 80% (oitenta por cento) atende as exigências legais e confere.

6.2.7- Do inventário analítico, considerou os seguintes itens, em especial do que foi realizado:

- a) descrição padronizada
- b) número de registro
- c) valor (preço de aquisição, custo de produção, valor arbitrado ou preço de avaliação)
- d) estado (bom, ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável)
- e) outros elementos julgados necessários.

6.2.8- Estoques - o saldo dos bens em Estoque confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12/2015. Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do(s) almoxarifado(s) estão em bom estado de conservação, podendo nela(s) serem armazenados os estoques.

6.2.9- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/2015 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatou-se que não está havendo sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte não está atualizado.

7 – Demonstração dos fluxos de caixa, elaborada pelo método direto; e

Quadro 27

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2015	2014
Ingresso	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Receitas Derivadas e Originárias	1.079.662,44	0,00
Transferências correntes recebidas	18.221.299,15	0,00
Outros ingressos operacionais	1.717.249,87	1.717.579,66
Outras Receitas Derivadas		278.168,29
Desembolsos	-	-
Pessoal e demais despesas	(5.908.348,39)	(199.808,12)
Juros e encargos da dívida	(101.473,86)	0,00
Transferências concedidas	(3.589.965,92)	(27.361,47)
Outros desembolsos operacionais	(10.562.779,50)	(438.904,88)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (i)	855.643,79	451.505,19
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento (II)	-	-
Ingressos	-	-
Alienação de bens	11.060,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	-	-
Aquisição de ativo não circulante	(815.178,18)	(619.983,75)
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (ii)	(804.118,18)	(619.983,75)
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento (III)	-	-
Ingressos	-	-
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	280.865,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (iii)	280.865,00	0,00
Geração Líquida de Caixa e equivalente de Caixa (I+II+III)	332.390,61	(168.478,56)
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	3.139.682,22	399.854,62
Caixa e Equivalentes de caixa final	3.923.916,66	3.139.682,22
Quadro 1 FC – Receitas Derivadas e Originárias		
	2015	2014
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	601.934,63	0,00
Receita de Contribuições	146.621,43	0,00
Receita Patrimonial	14,17	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	192.493,85	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	138.598,36	0,00
Total das Receitas derivadas e originárias	1.079.662,36	0,00
Quadro 2 FC – Transferências Recebidas e Concedidas		
	2015	2014
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	14.770.191,98	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas	3.451.107,17	0,00
Total das Transferências correntes recebidas	18.221.299,15	0,00
Transferências Concedidas	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Intergovernamentais	(73.788,29)	0,00
Intergovernamentais	(2.194.506,07)	(27.361,47)
Outras transferências concedidas	(1.321.671,56)	0,00
Total das Transferências Concedidas	(3.589.965,92)	(27.361,47)
Quadro 2FC – Transferências Recebidas e Concedidas		
	2015	2014
Legislativa	(163.138,88)	(199.808,12)
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	(369.776,15)	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	(54.210,55)	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	(240.162,17)	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	(1.719.749,98)	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	(2.113.030,31)	0,00
Cultura	(238.401,09)	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	(470.951,98)	0,00
Habitação	(16.800,00)	0,00
Saneamento	(36.277,83)	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	(3.714,04)	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	(6.098,47)	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	(240.623,54)	0,00
Desporto e Lazer	(31.711,77)	0,00
Encargos Especiais	(203.701,63)	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	(5.908.348,39)	(199.808,12)
Quadro 2FC – Transferências Recebidas e Concedidas		
	2015	2014
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	(101.473,86)	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	(101.473,86)	0,00

8 – Notas explicativas às demonstrações contábeis.

1) Os quadros zerados do exercício anterior, referente aos balancetes, explica-se pelo seguinte: troca de sistema. A partir de 1º de junho de 2015, contratou a Empresa Academia de Gestão Pública, Contrato nº 38, de 01/06/2015 – Processo nº 71, Dispensa nº 43/2015 e Contrato nº 62, de 10/12/2015, Processo nº 128, Pregão nº 40/2015, em substituição a Empresa Central de Software Municipal. Com essa mudança, houve uma transição de serviços e de dados gerando e uma série de incômodos. Importou dados contábeis apenas de 2015, mas não do exercício anterior/2014, alegando tempo insuficiente para tal importação.

Justificativa da mudança: uma série de problemas acontecia com a empresa que prestava os serviços, problemas tipos atrasos e relatórios extensos de inconsistência no envio do SICOM, Relatórios inconsistentes, etc.

9) Análise do Equilíbrio das Contas Públicas

9.1- Índice de Pronta Liquidez

Quadro 28

Descrição	2011 ¹	2012 ²	2013 ³	2014 ⁰¹	2015 ⁰²
-----------	-------------------	-------------------	-------------------	--------------------	--------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Disponível (A)	7.116.936,26	7.915.446,24	7.905.006,59	8.337.852,75	10.715.739,27
Passivo Financeiro (B)	2.852.272,42	2.266.434,39	2.286.811,88	2.182.031,48	1.967.159,44
Índice de Pronto Liquidez (A/B)	2,49	3,49	3,45	3,82	5,44

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

¹ Indica que para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo de 2011 o Município possui em disponível R\$ 2,49.

² Indica que para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo de 2012, o Município possui em disponível R\$ 3,49.

³ Indica que para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo de 2013, o Município possui em disponível R\$ 3,45.

⁰¹ Indica que para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo de 2014, o Município possui em disponível R\$ 3,82.

⁰² Indica que para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo de 2015, o Município possui em disponível R\$ 5,44.

9.2- Índice de Liquidez Imediata

Quadro 29

Descrição	2011 ¹	2012 ²	2013 ³	2014 ⁰¹	2015 ⁰²
Ativo Financeiro (A)	7.349.513,35	8.033.837,40	8.042.664,42	9.280.422,54	10.866.771,58
Passivo Financeiro (B)	2.852.272,42	2.266.434,39	2.286.811,88	2.182.031,48	1.967.159,44
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	2,58	3,54	3,51	4,25	5,52

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

¹ Indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro de 2011, o Município possui disponível R\$ 2,58.

² Indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro de 2012, o Município possui disponível R\$ 3,54.

³ Indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro de 2013, o Município possui disponível R\$ 3,51.

⁰¹ Indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro de 2014, o Município possui disponível R\$ 4,25.

⁰² Indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro de 2015, o Município possui disponível R\$ 5,52.

9.3- Índice de Liquidez Real

Quadro 30

Descrição	2011 ¹	2012 ²	2013 ³	2014 ⁰¹	2015 ⁰²
Ativo Real (A)	17.621.760,85	18.507.311,88	19.389.662,90	15.258.742,73	15.737.269,52
Passivo Real (B)	2.975.365,01	2.346.670,18	2.364.765,67	2.850.243,84	1.967.159,44
Índice de Liquidez Real (A/B)	5,92	7,89	8,20	5,35	8,00

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

¹ Indica que para cada R\$ 1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2011 o Município possui R\$ 5,92 de ativo real.

² Indica que para cada R\$ 1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2012 o Município possui R\$ 7,89 de ativo real.

³ Indica que para cada R\$ 1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2013, o Município possui R\$ 8,20 de ativo real.

⁰¹ Indica que para cada R\$ 1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2014 o Município possui R\$ 5,35 de ativo real.

⁰² Indica que para cada R\$ 1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2015, o Município possui R\$ 8,00 de ativo real.

10- Considerações Finais.

O presente relatório tem o objetivo de consolidar todo um trabalho realizado no Exercício, onde especificamos os principais pontos analisados.

Dos índices: Saúde, aplicou 26,21%; Educação, aplicou 32,38%; FUNDEB, (magistério) aplicou 79,05%; Gasto de Pessoal do Executivo, aplicou 52,48%; O Repasse ao Legislativo; Aberturas de Créditos Suplementares, até o limite de 30%, nos termos do art. 5, II e III da Lei nº 2.704/2014, executou um percentual de 15,73%. Para 2016 o Município limitou até 25%, nos termos art. 2º, inc. I, da Lei nº 2.740/2015. Enfim, todos os compromissos e índices constitucionais foram observados.

As inconsistências no sistema SICOM enfrentadas no exercício anterior, foram sanadas e executadas com eficiência no Exercício em tela.

As ações do controle instruídas com os elementos de que trata a IN nº 08/2003 que estabelece normas de fiscalização contábil, financeira, orçamentária,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

operacional e patrimonial nas Administrações Direta e Indireta, observou outras instruções de órgão fiscalizadores da União, do Estado e do Município.

As demonstrações contábeis acima referidas, representam a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Município, ou seja, dados do Exercício de 2015, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, as informações enviadas via SICOM entendidas como Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação desse Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

É o Relatório, salvo melhor juízo.

Atenciosamente,

Monte Belo, 12 de abril de 2016.

Pedro Lourenço da Silva
Diretor de Divisão de Controle Interno
Portaria nº 2.798/11/6/2003



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Termo de Conferência de Caixa

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de 2015 a Comissão formada pelas servidores (as) Aline Aparecida, Anderson de Souza Barbosa e Eliana Aparecida Rodrigues de Moura, nomeados pela Portaria n.º 3.273, de 22 de dezembro de 2015, tinham como finalidade a de procederem a apuração do saldo existente no caixa da Prefeitura Municipal de Monte Belo, conforme informativo Termo de Conferência de Caixa enviado a este Controle. E declaram que foi apurado o valor em moeda de R\$ 0,00 (zero).

Monte Belo, 12 de abril de 2016.

Pedro Lourenço da Silva
Responsável Controle Interno
Portaria nº 2.798/11/6/2013



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Termo de Declaração

Humberto Fernandes Maciel, CPF: nº 742.436.678-53, Prefeito Municipal, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica nº 33 do TCEMG, emito, sobre as contas do Exercício 2015 e o parecer do Controle Interno, expresso e indelegável pronunciamento, confirmando que tomei conhecimento das conclusões nele contidas.

Atenciosamente,

Monte Belo, 12 de abril de 2016.

Humberto Fernandes Maciel
Prefeito Municipal